

SILVÉRIO DA ROCHA-CUNHA
MARCO ANTONIO BAPTISTA MARTINS
(ORGS.)

POLÍTICA
DE PODER,
PAZ
E GUERRA
NAS RELAÇÕES
INTERNACIONAIS

hbm

- MIGLIO, G. (1988), "Guerra, Pace, Diritto", in ID., *La Regolarità della Politica*, 2 vols., Milano, Giuffrè.
- MONTESQUIEU (1994), *Del Espíritu de las Leyes*, ed. Tierno Galván, 4.^a ed., Madrid, Ed. Tecnos.
- SUR, S. (2006), *Relations Internationales*, Paris, Montchrestien.
- TANZI, A. (2010), *Introduzione al Diritto Internazionale Contemporaneo*, 3.^a ed., Padova, CEDAM.
- TRUYOL Y SERRA, A. (1994), *La Sociedad Internacional*, neva ed., Madrid, Alianza Ed.

VIII. A CATEGORIA DE «CONFLITO» EM NEGRI ENTRE ONTOLOGIA E HISTÓRIA

Irene Vîparelli

1. Introdução. O valor ontológico da categoria de «conflito»

Refletir em torno da significação adquirida pela categoria de «conflito» na obra de Negri permite-nos alcançar de imediato o cerne da sua perspectiva filosófica. Segundo Negri, «conflito» não deve ser entendido apenas como sinónimo de «guerra», seja ela guerra entre as nações ou guerra civil, mas como categoria «ontológica» ou, melhor, como a categoria ontológica *par excellence*. Apenas focando o nosso olhar na estrutura antagonista do ser, isto é, na essencial oposição entre a potência constituinte das forças produtivas e os poderes repressivos das relações de produção, compreenderemos a essência da realidade, quer no horizonte diacrónico da sua evolução histórica, quer na perspectiva sincrónica da definição da estrutura da nossa contemporaneidade. Em breve, em Negri, a categoria de «conflito», transcendendo toda a significação limitada, adquire um valor absoluto, expressando o princípio constitutivo do mundo.

Torna-se imediatamente evidente a matriz marxista duma tal perspectiva filosófica. Basta lembrar o célebre começo do *Manifesto do Partido Comunista*: «A história de toda a sociedade até aqui é a história de lutas de classes»¹, para interrogarmos relativamente à possibilidade de interpretar não apenas o pensamento de Negri, mas a tradição

1 Marx 1997, 29.

marxista na sua totalidade como sendo uma conceção ontológica da realidade, fundamentada na categoria de «conflito». Contudo, a nosso ver, quando Marx afirma que «até aqui» a história foi de lutas de classes, está a colocar a questão da conflitualidade unicamente no plano histórico da evidência empírica, recusando qualquer deslocação para a dimensão ontológico-filosófica, ou seja, evitando deduzir um qualquer esquema ontológico geral de interpretação-compreensão da realidade a partir da análise histórica. Por conseguinte, a «ontologização da categoria de conflito», longe de se interpretar como a essência do marxismo, constitui, pelo contrário, a especificidade do próprio pensamento de Negri: a sua marca de originalidade relativamente à tradição marxista.

O que significa, então, «ontologização da categoria de conflito»? O que devemos entender com a afirmação de que a realidade resulta do conflito entre a potência constituinte das forças produtivas e o poder repressivo das relações de produção?

Segundo Negri, o ser não é para ser concebido nem como sub-tância, seguindo a tradição materialista clássica, nem como sujeito, conforme a tradição idealista, mas sim como «constituição», isto é, como o processo da sua contínua produção e transformação através do trabalho social humano². Dado que a realidade, em todos os seus momentos e aspetos, resulta da interação das capacidades criadoras do homem com o meio natural, a potência democrática da cooperação social constitui a verdadeira potência ontológica, o único princípio criador da realidade e o fundamento da sua radical historicidade.

Contudo, ao longo da história, o referido núcleo democrático da realidade nunca chegou a realizar-se, isto é, nunca conseguiu afirmar-se como princípio constituinte das sociedades humanas: o momento da organização das forças produtivas, isto é, o necessário processo da sua inserção numa estrutura social, condição *sine qua non* da efetiva realização da potência ontológica humana, não se afirmou como sendo imanente às próprias forças produtivas, mas como princípio exterior e transcendente de dominação, como uma estrutura social

2 Cf. Negri 1998.

hierárquica e autoritária que destrói a referida lógica democrática de cooperação humana por meio dum princípio de sujeição e domínio.

«A racionalidade moderna é o cálculo do indivíduo, dentro duma transcendentalidade que anula a sua essência singular. Ela é repetição do comum individualizado e, então, colonização da sua esfera, na pretensão de torná-la transcendental. Encontramos todos os efeitos desta racionalidade quando a teoria bloqueia o processo constituinte e funda as constituições modernas: este bloqueio tem lugar por meio da des-territorialização dos sujeitos, da neutralização da sua criatividade, da fixação da temporalidade, então por meio duma série de operações de normalização do movimento. O formalismo transcendental é a chave desta racionalidade, a renúncia do real e da multidão, a sua condição, a constituição do comando, em todo caso, o seu efeito.»³

Em suma, as relações de produção representam, no dispositivo de Negri, o momento contrarrevolucionário da história, que, por conseguinte, já não é entendida apenas como «história de lutas de classes», mas, sobretudo, como expressão da conflitualidade essencial entre a potência democrática das forças produtivas e o poder repressivo das relações de produção; como «tragédia» dum princípio democrático que, devido à sua necessária inserção em relações de produção que o transcendem, nunca chega a realizar-se.

O referido dispositivo ontológico não alcança porém uma «cativez infinitude», isto é, não chega a reconhecer o caráter necessariamente paradoxal duma realidade que afirma, e que ao mesmo tempo nega, a potência ontológico-democrática do ser. Muito pelo contrário, a interpretação levada a cabo por Negri da época moderna como momento histórico do desenrolar da «tragédia da razão dialética» visa a estabelecer os pressupostos teóricos para uma leitura da nossa contemporaneidade como primeira época histórica em que a realização duma sociedade democrática se torna, enfim, possível. De facto, segundo Negri, o mundo contemporâneo resulta duma verdadeira «rutura ontológica», ocorrida ao longo da década de 1970 do século

3 Negri 2002a, 405.

XX, que marcou o fim da época moderna e a entrada da humanidade numa nova era, caracterizada pelo fim de qualquer «mediação dialética» entre as forças produtivas e as relações de produção e pela consequente absolutização do horizonte conflitual. Hoje, pela primeira vez na história, as forças produtivas encontram um princípio imanente de organização, desprovido de necessidade histórica a sua relação com o princípio organizador exterior e tornando então possível a libertação de todas as formas de poder transcendente e dominador.

Ao longo deste artigo, a nossa reflexão sobre a categoria de «conflito» em Negri focar-se-á em torno de duas questões fundamentais: numa primeira parte tentaremos esclarecer os pressupostos e as consequências da hipótese levada a cabo por Negri da passagem histórico-ontológica da «conflitualidade dialética» da modernidade à «conflitualidade absoluta» da pós-modernidade; numa segunda parte tomaremos em conta a categoria de «conflito» na sua acção mais específica, como sinónimo de guerra, tentando mostrar como as mudanças ocorridas no conceito de guerra ao longo da passagem da modernidade à pós-modernidade, isto é, como a dissolução dum conceito limitado da guerra e a tendência à sua absolutização, são um dos maiores efeitos produzidos pela absolutização da conflitualidade ontológica.

2. Conflitualidade dialética

2.1 A dialética da modernidade

A modernidade não é nada senão crise, gerada pelo conflito insolúvel entre a potência democrático-constituinte da multidão e as relações capitalistas de produção. Esta tese, expressada por Negri no seu célebre livro *Império*⁴, opõe-se a todas as leituras progressistas, define a modernidade como sendo uma época profunda e essencialmente contraditória, porque fundamentada num princípio democrático que nunca chega a realizar-se e que, muito pelo contrário, se encontra negado pela estruturação hierárquica da sociedade.

4 Negri 2002b.

A modernidade é em primeiro lugar, na leitura oferecida por Negri, o resultado duma «revolução» ocorrida em todos os âmbitos do conhecimento humano na época do Renascimento: as multidões europeias, recusando o princípio medieval de subordinação da realidade a um poder divino e transcendente, reivindicaram o «plano de imanência», secularizando a dimensão criadora e reconhecendo no homem a única verdadeira potência do mundo.

«Como podia uma subversão tão radical não originar um violento antagonismo? Como podia a revolução não provocar uma contrarrevolução? Uma revolução, no verdadeiro sentido da palavra, teve lugar: uma iniciativa cultural, filosófica, social e política que, não podendo retornar ao passado ou destruir as novas forças, tentou dominá-las e expropriar a potência das dinâmicas e dos movimentos emergentes. Este é o segundo aspeto da modernidade, cujo perfil emerge na guerra contra as forças novas para dominá-las com um poder irresistível. Este segundo aspeto constituiu-se ao longo da revolução do renascimento para inverter a sua direção, para tornar a trazer a nova imagem da humanidade num plano transcendente, para relativizar a capacidade da ciência de transformar o mundo e, sobretudo, para opor-se à reapropriação do poder por parte da multidão. O segundo aspeto da modernidade contrapôs, ao poder constituinte imanente, um poder constituído transcendente: ordem contra desejo.»⁵

As forças produtivas, que com a revolução do Renascimento se tinham reapropriado das suas capacidades criadoras, ainda não tinham conseguido encontrar um princípio próprio imanente de organização de maneira que se afirmem como sendo o verdadeiro princípio histórico de constituição e organização da sociedade. Por conseguinte, a dimensão organizadora continuou, ao longo da modernidade, a opor-se às forças produtivas, constituindo-se como um novo princípio exterior de dominação; como um novo poder que, abandonada toda a pretensão criadora, afirmou-se como potência disciplinadora. Assim, através da inclusão da subjetividade criadora na estrutura

5 Negri 2002b, 83-84.

social e da sua submissão a específicas relações de produção, o poder moderno estabeleceu as condições para deslocar a potência humana do plano ontológico para o histórico e para afirmá-la como princípio constitutivo da sociedade, dissolvendo, porém, ao mesmo tempo, a sua essência democrática.

Em suma, do ponto de vista de Negri, a revolução moderna não acarretou a libertação *tout court* de toda a forma de autoridade, mas sim uma radical metamorfose nas formas de dominação, isto é, a transformação da transcendência medieval numa estrutura transcendental, incarnada no poder económico do capital e no poder político do Estado-nação.

O capital, seguindo a tradição marxista, é definido por Negri como poder sobre o trabalho humano: sendo possuidor das ferramentas de produção, organiza a cooperação social humana por meio do estabelecimento da relação entre ferramentas de produção e trabalho vivo. Deste modo, o capital consegue realizar a potência criadora do homem mediante a inserção da multidão constituinte nas relações capitalistas de produção e, consequentemente, mediante a transformação da mesma multidão em força de trabalho assalariada, em classe operária. Dir-se-á, então, que a instauração duma relação dialética entre o capital e o trabalho vivo (que, deste modo, se torna força-trabalho) representa o pressuposto de toda a produção moderna, o momento em que a força disciplinadora do capital permite ativar, e assim tornar real, a potência criadora da socialidade humana.

A instauração da referida relação dialética adquire, no entanto, uma imediata significação política, constituindo-se como relação de domínio e sujeição. De facto, para Negri, mais uma vez fiel à tradição marxista, a mediação entre capital e trabalho fundamenta-se num desequilíbrio essencial, mistificado e escondido pelo princípio jurídico da igualdade formal dos indivíduos. Se é verdade que existe uma dependência recíproca entre capital e força trabalho (a mais-valia resultando do processo de exploração desta), é também verdade que o proletário, vivendo do seu próprio trabalho, é obrigado a aceitar todas as condições impostas pelo capitalista. Por conseguinte, longe de estarmos a lidar, como pretende a tradição liberal, com uma mediação entre indivíduos livres, muito pelo contrário, estamos perante uma relação conflitual entre

interesses opostos e inconciliáveis, dominada pela lógica da potência: enquanto o capital visa a máxima exploração da força trabalho em vista da produção da mais-valia, a força trabalho visa a dissolução da organização capitalista do trabalho em vista da sua emancipação e da instauração duma organização democrática da produção.

O poder político, isto é, a outra forma do transcendental moderno, encontra a sua razão de ser na referida raiz conflitual da produção capitalista: ainda seguindo a tradição marxista, segundo Negri, o papel específico do poder político, longe de ser a preservação do interesse geral é, contrariamente, a preservação dos interesses das classes dominantes através do estabelecimento das condições sociais da produção da mais-valia. Desta forma, o poder político, quer com a repressão quer com a ideologia, desempenha o papel fundamental de controlar a conflitualidade social para evitar que o antagonismo proletário relativamente às relações capitalistas possa tornar-se absoluto, bloqueando a dinâmica produtiva e levando o capital à crise. Em breve dir-se-á que, devido aos pressupostos dialético-conflituais da produção, o poder político do Estado constitui um segundo, necessário, nível de mediação entre capital e força-trabalho, para a garantir a submissão das classes dominadas e, então, a reprodução das relações capitalistas de produção.

2.2 A rutura ontológica

«1973-1974: Quanto cansaço à volta destes problemas – todavia que sólida convicção de estar dentro, enfim definitivamente, duma nova fase histórica da luta de classes. A crise tinha de ser vista como deslocamento global e coletivo dos valores [...]. O nível mais alto da crise era uma nova figura – e a mais madura – das lutas entre as classes [...] Crise é desenvolvimento capitalista, crise é elevação e aprofundamento da luta de classes: quanto mais o capital se desenvolve, tanto mais a luta de classes se torna antagonista e total.»⁶

6 Negri 2009, 137-138.

A interpretação fornecida por Negri da crise capitalista dos anos 70 do século XX permanece inalterada ao longo de todo o seu percurso teórico, fundamentando-se no postulado *operaista* da primazia da classe operária relativamente às relações capitalistas de produção: os *operaístas* italianos, de facto, opoñdo-se à perspectiva marxista ortodoxa, ofereciam uma leitura «subjetivista» da dialética entre capital e força-trabalho, reconhecendo no indissolúvel antagonismo proletário o motor da dialética⁷. Em toda a fase do desenvolvimento das sociedades capitalistas a «composição técnica» da classe operária, ou seja, a forma adquirida pela classe operária no seio do processo produtivo, torna-se a base da sua «composição política», da sua constituição como sujeito antagonista. Desta forma, em cada época da produção capitalista e de modo necessário, ocorre uma progressiva radicalização da oposição operária que, quando chega a alcançar o nível máximo, bloqueando o movimento dialético, empurra o capital para a crise e obriga-o a uma geral reestruturação da forma de produção, para constituir um novo terreno da mediação dialética. Assim, nem o capital nem a lógica do lucro, mas apenas o antagonismo proletário constitui, na leitura *operaísta*, o verdadeiro motor do desenvolvimento histórico das sociedades capitalistas.

Fiel a esta interpretação subjetivista da dialética, Negri interpreta a crise de 1929 como resultado da revolução soviética e do radical antagonismo proletário nos começos do século XX:

«O 1929 é isto: é a repercussão das técnicas repressivas anti-operárias na inteira estrutura do estado capitalista, é o 1917 tornado momento interior ao sistema capitalista [...]. A tentativa precedente de não reconhecer a necessária e eficaz incidência da particularidade política operária lança-se com força destrutiva contra quem a tem operado. Lá, onde o capital é mais forte, a crise é mais profunda.»⁸

O segredo do desequilíbrio entre demanda e oferta capitalista, cerne da crise de 1929, resulta, por um lado, das lutas do «operário

profissional», que tinha transformado a sua «composição técnica», isto é, a sua habilidade técnica em gerir o ciclo produtivo na sua totalidade, na reivindicação política de autogestão proletária do mesmo ciclo; por outro, da recusa do capital de tomar em conta as reivindicações proletárias de participação na organização da produção social:

«O carácter excecional da crise de 1929 não se explica senão tendo em conta as condições do desenvolvimento económico dos anos 20, quando o alargamento da base da oferta na reconversão da indústria bélica, através das inovações tecnológicas e do extraordinário incremento da produtividade do trabalho e da expansão consequente da produção de bens duráveis, não se encontra acompanhado por uma mudança da relação em que ela estava com a demanda [...]. Porque, quando se diz “demanda”, diz-se classe operária, diz-se movimento de massa que encontrou uma identificação política, diz-se possibilidade de insurreição e subversão do sistema.»⁹

A radical transformação ocorrida na forma da produção depois de 1929, com a introdução do sistema taylorístico e com a consequente massificação da produção, visava a dissolução da «composição técnica» da classe operária e, junto com ela, da «base» do seu antagonismo político. Paralelamente, as radicais transformações nas políticas sociais ocorridas com a introdução do fordismo (isto é, dum sistema de salários elevados) e das políticas keynesianas (que confiavam ao Estado o duplo papel de planificação da produção e mediação da conflitualidade social) visavam a garantir o reconhecimento da classe operária como «sujeito» social: a sua definitiva inclusão no sistema capitalista e a sua dissolução como subjetividade revolucionária.

Assim, na leitura oferecida por Negri, a estratégia capitalista para ultrapassar a crise foi uma geral reforma dos pressupostos da sociedade capitalista que, abandonando a ideologia do *laissez faire*, tinha como objetivo dissolver o antagonismo proletário através dum sistema de mediação dinâmica entre os diferentes interesses sociais, capaz de garantir a definitiva integração do proletariado no sistema

7 Cf. AA. VV. *Il lungo 1999*; AA. VV. 2005; AA. VV. 2008; Corradi 2011; Negri 2007; Turchetto 2001; Wright 2008.

8 Negri 1997c, 72.

9 Negri 1972, 85-86.

capitalista. Contudo, segundo Negri, devido às características peculiares da subjetividade operária, a referida estratégia era para ser considerada, em última instância, «utópica», irrealizável:

«O estado das proporções determinadas caiu perante a massificação das lutas, a extensão do pedido de salário, caiu no choque que lhe opunha o trabalho abstrato unificado enquanto *praxis* coletiva no pedido de uma elevação do valor do trabalho necessário [...]. Foi destruída, partindo da fábrica até abranger a sociedade toda, a lei que o Estado tinha de garantir. Aqui, nas lutas massificadas do operário-massa, o trabalho desprendeu-se do valor do trabalho.»¹⁰

A resposta da classe operária internacional ao projeto reformista do capital, longe de ser a aceitação dos novos equilíbrios sociais e das novas formas de exploração, foi, pelo contrário, a deslocação do antagonismo social neste novo plano da mediação dialética. O Taylorismo na produção, que tencionava eliminar a «base técnica» do antagonismo proletário, de facto reafirmou o antagonismo numa nova «base»: a radical desafinação da classe operária relativamente ao trabalho, consequência da massificação e desqualificação da produção, traduziu-se, no plano político, num inédito nihilismo proletário, expressado pela recusa operária da disciplina capitalista, da mediação com o capital, e pela reivindicação duma forma autónoma de valorização. Paralelamente, o fordismo e as políticas keynesianas tornaram-se uma arma proletária contra a tentativa capitalista de estabelecer um equilíbrio dinâmico entre as classes: em virtude da sua potência política, a classe operária considerava cada nível de salário adquirido apenas como base de novas reivindicações salariais; cada nível de mediação alcançado com o capital apenas como um momento para ser ultrapassado.

Assim, conclui Negri, as lutas operárias transformaram o salário numa «variável independente» que, não sendo determinada pela racionalidade económica mas pela potência política do proletariado e implicando um constante aumento do valor do «trabalho

necessário», chegou a dissolver progressivamente as margens pela criação de lucro, empurrando mais uma vez o capital no caminho da crise e realizando historicamente a tendência, imanente ao capital, à queda da taxa de lucro.

«O capital não consegue pôr em ato *contratendências capazes de contrariar a ação da lei da queda da taxa de lucro*, também não consegue desenvolver causas antagonistas a esta para tornar puramente tendencial o seu funcionamento, *mesmo se é efetiva a sua ação de reestruturação* perante o crescimento e a qualidade das lutas operárias e proletárias.»¹¹

A característica fundamental da crise internacional de 1973 é, segundo Negri, a impossibilidade da sua ultrapassagem com vista à instauração dum novo ciclo de valorização capitalista: a radical recusa proletária da organização capitalista do trabalho e a paralela reivindicação duma valorização autónoma da classe tornavam, de modo absoluto, ineficazes as armas tradicionais do capital contra a crise, negando qualquer possibilidade de levar a cabo uma reestruturação da produção em vista da deslocação do plano da mediação dialética com a força-trabalho. Deste modo, as lutas operárias do século XX chegaram a destruir os pressupostos dialéticos da produção capitalista e, assim, a mesma modernidade, e a reafirmar as raízes conflituais do ser na sua forma mais radical, ontológica, empurrando assim a história além da modernidade, numa nova época fundamentada no antagonismo absoluto e inconciliável entre forças produtivas e relações de produção.

3. Conflitualidade absoluta

Como pode o capital, cuja condição de existência é o estabelecimento da relação dialética com a força-trabalho, sobreviver perante a recusa operária de qualquer forma de mediação? Como, por outro lado, as forças produtivas, que realizavam a sua potência criadora

10 Negri 1997a, 45.

11 Negri 1997c, 146.

apenas em virtude da sua inclusão nas relações capitalistas de produção, conseguem tornar-se autônomas? Como, em suma, ultrapassar a crise de 1973, gerada pelo bloqueio da dialética e pelo tornar-se absoluta da conflitualidade entre capital e força-trabalho?

A resposta, segundo Negri, tem que ser encontrada numa profunda revolução ocorrida quer nos pressupostos da produção, quer na forma de exploração capitalista; isto é, numa verdadeira «rutura ontológica», numa radical transformação na lógica constitutiva do ser que acarretou o fim da modernidade e a entrada da humanidade numa nova época, numa pós-modernidade radicalmente outra.

A possibilidade de compreendermos a nossa contemporaneidade está, então, submetida, do ponto de vista de Negri, a uma reflexão que leva em consideração os dois momentos constitutivos da «rutura ontológica», focando-se, por um lado no processo de «autonomização» das forças produtivas, por outro na paralela metamorfose do poder capitalista.

3.1 Metamorfose da produção

A época moderna estruturava-se, na opinião de Negri e segundo a tradição marxista, na oposição entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo: na primeira categoria era para incluir só o trabalho capaz de gerar mais-valia, ou seja, apenas o trabalho industrial fundamentado na relação dialética entre capital e força-trabalho. Trabalhos improdutivos, pelo contrário, eram os que se desempenhavam fora das fábricas e que serviam para garantir o funcionamento da sociedade, escapando à lógica capitalista de lucro.

A primeira consequência da crise internacional de 1973 foi o fim da referida distinção entre trabalho produtivo e improdutivo e a extensão da esfera produtiva à sociedade na sua totalidade: a queda da taxa de lucro, consequente à progressiva incrementação dos custos da força-trabalho, levou o capital a abandonar a fábrica para deslocar o processo de valorização para a sociedade, tornando cada vez mais periférico o trabalho industrial e valorizando outros setores da produção social, tais como a indústria da comunicação, do saber, dos afetos, do gozo, da cura. Um processo que Negri, de acordo com o dicionário foucaultiano, define como o tornar-se «biopolítico» da produção:

«O biopolítico é então um contexto contraditório na/da vida; pela sua própria definição, ele representa a extensão da contradição econômica e política sobre todo o tecido social; mas representa também a emergência da singularização das resistências que permanentemente o atravessam.»¹²

Uma vez que o processo de valorização chega a abranger qualquer atividade social humana, a própria vida humana torna-se, em todos os seus momentos e aspetos, uma força produtiva. Por conseguinte, o conceito de força produtiva já não incarna-se apenas numa classe particular e num género de trabalho específico, abrangendo, pelo contrário, uma infinita pluralidade de singularidades sociais diferentes: a multidão biopolítica.

A segunda consequência da crise internacional foi uma profunda mudança na qualidade da produção que Negri, seguindo as sugestões dos neomarxistas italianos, define como passagem da dominação da produção material à da produção imaterial ou como passagem do fordismo ao pós-fordismo¹³. Os principais produtos da produção contemporânea já não são objetos materiais, mercadorias, mas sim informações, imagens, saberes, afetos, relações sociais, em suma, bens imateriais cuja produção se encontra submetida a uma lógica radicalmente diferente para com a indústria moderna. Por um lado, dissolvendo toda a distinção entre tempo de trabalho e tempo de vida, e empurrando no sentido da sua identificação, o trabalho imaterial dissolve o pressuposto moderno da extração da mais-valia – a distinção entre trabalho necessário e mais-trabalho – destruindo, por conseguinte, a lei do valor, o cerne do processo de valorização capitalista. Por outro lado, a produção imaterial põe fim à «dialética do instrumento» e, junto com ela, à necessidade da mediação dialética entre forças produtivas e relações de produção: as principais ferramentas da produção contemporânea já não são constituídas pelo «capital fixo», mas pelos cérebros e desejos humanos, isto é, pelas faculdades humanas que, não só não são expropriáveis por parte do capital,

12 Negri 2008, 32.

13 Cf. Boutang 2007, Gorz 2003; Fumagalli 2007; Marazzi 1999; Bollati-Boringhieri, Torino. Vercellone 2008; Virno 2001.

como, acima de tudo, se tornam produtivas apenas em virtude da sua autonomia relativamente ao capital, da sua livre circulação e partilha democrática¹⁴. Assim, conclui Negri, a produção biopolítica pós-moderna já não se fundamenta nas relações capitalistas de produção (na propriedade privada ou pública das ferramentas de produção), mas no Comum, entendido não apenas como o «comum natural» constituído pelos recursos naturais como a água, o ar e os produtos da terra, mas também, e sobretudo, como o «comum biopolítico», isto é, como imediata socialização das linguagens, dos códigos, da informação, dos afetos, etc.

«Quando dizemos que a produção se tornou “comum”, não pretendemos negar que ainda existam as fábricas, os corpos massacrados e as cadeias de trabalho. Afirmamos apenas que o mesmo princípio da produção, o seu centro de gravidade, se encontra deslocado; que criar valor, hoje, significa colocar em rede as subjetividades e captar, desviar, apropriar-se do que elas fazem com o comum que geram. O capitalismo hoje precisa das subjetividades, é dependente delas. Ele encontra-se então encadeado o que paradoxalmente o coloca em perigo: porque a resistência, a afirmação duma liberdade intransitiva dos homens, significa precisamente fazer valer a potência da invenção subjetiva, a sua multiplicidade singular, a sua capacidade de produzir o comum a partir das diferenças. Os corpos e os cérebros, desde que eram carne de canhão da produção tornaram-se armas contra o capitalismo. Sem o comum, o capitalismo já não pode existir. Com o comum, as possibilidades de conflito, de resistência e de reapropriação são aumentadas infinitamente.»¹⁵

A principal implicação da fundação da produção no «Comum» é o reconhecimento da nossa contemporaneidade como primeira época histórica em que os desejos humanos de «democracia absoluta» se

14 «A diferença específica do trabalho imaterial, todavia, consta do feito de que os seus produtos, relativamente a muitos aspetos, são em si mesmo imediatamente sociais e comuns. Em relação à produção de automóveis e máquina de escrever, a produção de comunicação, de relações afetivas e de saberes pode expandir diretamente o âmbito do que partilhámos.» (Negri 2004, 139)

15 Negri 2012, 141-142.

tornam, enfim, realizáveis: o Comum, enquanto princípio imanente de organização das forças produtivas, dissolve a necessidade moderna da relação dialética com os poderes transcendentais, recusando qualquer princípio exterior, qualquer lógica de dominação, e afirmando paralelamente a potência ontológica do trabalho humano como princípio da organização da sociedade global.

3.2 Metamorfose do capital

A instauração duma sociedade democrática, representa, sem dúvida, a tendência fundamental da nossa época, contudo, não tem qualquer garantia da sua realização, encontrando-se historicamente impedida pela afirmação duma nova forma de exploração capitalista: o poder imperial. De facto, a profunda revolução ocorrida na produção, se do ponto de vista das forças produtivas expressa a tendência à democratização da sociedade, na perspetiva do capital constitui, muito pelo contrário, a condição *sine qua non* da sua própria sobrevivência; o instrumento para restabelecer, contra o bloqueio da rentabilidade capitalista dos anos setenta do século XX, uma nova forma da sua valorização. Em suma, o fim da dialética e da modernidade não acarretou apenas uma metamorfose das forças produtivas; acarretou também uma transformação do próprio capital e das suas formas de domínio e exploração.

A fundamentação da produção no Comum e a autonomização das forças produtivas relativamente às relações capitalistas de produção implicam a exclusão do capital, isto é, da propriedade privada, do processo produtivo e, consequentemente, a perda da sua função histórica fundamental de sujeito da organização da cooperação social. Negri, utilizando a linguagem marxista, descreve este processo como «fim da função progressiva» do capital:

«Enquanto o trabalho biopolítico se torna autónomo, o capital oprime o trabalho de maneira cada vez mais parasitária, servindo-se dos seus regimes disciplinares, dos aparatos de captura, dos mecanismos de expropriação, das redes financeiras, etc.»¹⁶

16 Negri 2010, 148.

O processo de valorização do capital contemporâneo, em suma, já não resulta, segundo Negri, da sua potência social, ou seja, do papel específico que desempenha ao longo do processo produtivo, mas sim, duma intervenção «do exterior» que visa a expropriar e privar, de modo violento, quer o «comum natural», quer o «comum biopolítico».

Relativamente à primeira forma de comum, o capital consegue expropriá-lo diretamente por meio da força:

«Dado que a economia neoliberal favorece cada vez mais um modo de acumulação que prevê a expropriação do comum, o conceito de acumulação originária torna-se um instrumento de compreensão imprescindível.»¹⁷

De facto, com a categoria de «acumulação originária», Marx entendia exatamente a produção de riqueza gerada fora dos processos de produção, através da expropriação direta da riqueza natural, humana ou social.

É, no entanto, a expropriação do comum biopolítico que caracteriza o capital pós-moderno:

«A expropriação da força-trabalho e a acumulação da mais-valia têm de ser interpretadas não como fontes de lucro mas da *renda capitalista*. Enquanto o lucro se ganha geralmente no interior dos processos produtivos, a renda costuma ser entendida como uma modalidade externa de extração da riqueza.»¹⁸

Enquanto, na modernidade, a valorização capitalista, encontrando-se subordinada a uma específica «função social» do capital, se fundamentava na relação salarial, isto é, na exploração da força-trabalho individual por meio da sua inserção nas relações capitalistas

¹⁷ Negri 2010, 144.

¹⁸ Negri 2010, 147. Alias, é por isto, segundo Negri «que quanto mais a produção biopolítica se torna hegemónica, para compreender por que razão o valor cresce ou diminui, os economistas recorrem metodicamente à categoria de “externalidade”» (Negri 2010, 146)

de produção, na contemporaneidade, muito pelo contrário, a mais-valia é produzida por meio da exploração do trabalho imediatamente social, isto é, da expropriação por parte do capital das redes da produtividade social:

«O desenvolvimento capitalista, a criação capitalista do valor baseiam-se, cada vez mais, no conceito de *captação social do mesmo valor*. A captação desta novidade, expressão de atividade criadora, é o resultado duma socialização crescente da produção. O que significa ainda: a empresa tem de poder valorizar a riqueza produzida pelas redes que não lhe pertencem; a empresa e, então, a organização do capitalismo cognitivo baseiam-se cada vez mais numa capacidade de apropriação privada, imposta por meio da captação dos fluxos sociais de trabalho cognitivo. O que implica que a exploração volta a ser extração de mais-valia absoluta, dado que, para produzir, o capital utiliza apenas o comando.»¹⁹

A primeira consequência desta mudança radical na forma de valorização é a transformação do capital em pura força de «comando» e, deste modo, a dissolução da distinção moderna entre poder económico e poder político: exatamente como o Estado ao longo de toda a modernidade, o capital desempenha um papel de comando sobre a sociedade. Contudo, enquanto o poder político moderno se configurava como separado e transcendente relativamente à sociedade, o poder biopolítico do capital pós-moderno (o poder imperial) constitui uma força imanente que abrange todos os aspetos da sociedade em prol da sua expropriação e privatização, isto é, da dissolução da dinâmica democrática e da sua subordinação à lógica capitalista do lucro. Assim, se ao longo da modernidade a desigualdade social representava uma consequência da organização capitalista da produção, hoje, pelo contrário, a mesma estrutura hierárquica representa uma contradição absoluta relativamente à dinâmica produtiva e constitui, já não a condição de possibilidade, mas sim, o maior obstáculo ao desenrolar-se da produtividade biopolítica.

¹⁹ Negri 2003, 71-72.

A segunda consequência fundamental da metamorfose pós-moderna do capital é a identificação de político e ideológico: o Império, não desempenhando nenhum papel social e tendo perdido toda a «necessidade histórica», configura-se necessariamente como um puro poder de mistificação: a instauração de fraturas e divisões hierárquicas no corpo biopolítico global, a dissolução da potência produtiva do «amor» e a dominação do «medo», a transformação do sujeito coletivo produtivo num conjunto de subjetividades isoladas e assujeitadas, constituem alguns dos elementos essenciais que tornam possível o processo de valorização do capital contemporâneo. Contudo, o cerne da potência mistificadora do Império está, segundo Negri, na dominação contemporânea do capital financeiro e no «poder do dinheiro», uma vez que o capital financeiro não é nada senão a expressão da mistificação capitalista da potência do Comum:

«O capital financeiro é um enorme propulsor da abstração com a qual representa e ao mesmo tempo mistifica o comum como se fosse reflexo num espelho deformante [...]. O capital financeiro, na sua essência, é uma máquina complexa para *representar* o comum, isto é, as relações comuns e as redes que são necessárias à produção duma mercadoria determinada, dum determinado sector merceológico, ativos financeiros e outros fenômenos. A capacidade da finança de produzir e de trabalhar com as abstrações é hiperbólica e esta é a razão que tornou assim importantes os modelos matemáticos. A condição de possibilidade da abstração, porém, reside na natureza social da riqueza que é representada. Cada nível da abstração financeira é simétrico aos níveis mais amplos e compreensivos da rede que direta ou indiretamente é envolvida na cooperação produtiva. O poder da abstração funda-se e ao mesmo tempo mistifica o comum [...]. Dado que o trabalho biopolítico se torna cada vez mais autónomo, a finança não pode conseguir expropriar sem representar de algum modo o produto e a produtividade do comum. Em relação a isto, a finança não é nada senão o poder do dinheiro [...]. A finança gravita à volta do comum e por meio da abstração transforma-o em valor que pode ser trocado, mistificando-o e privatizando-o para conseguir extrair alguns lucros.»²⁰

20 Negri 2010, 161-163.

Concluiremos, então, que a oposição absoluta entre democracia e capitalismo, que na modernidade se encontrava relativizada por meio do duplo nível de mediação dialética – social e política – hoje, voltou a manifestar-se na sua forma ontológica, absoluta, excluindo qualquer hipótese de mediação. Por conseguinte, o nosso mundo fundamenta-se na alternativa radical e inconciliável entre a hipótese democrática e a hipótese imperial, entre ideologia e ontologia, entre corrupção e êxodo:

«Aqui realmente o um divide-se em dois: por um lado, a força-trabalho com a sua crescente autonomia, por outro, o capital que se tornou puro e simples comando [...]. Por um lado, o trabalho biopolítico mostra toda a sua autonomia. Ele é cada vez mais capaz de organizar redes e formas de cooperação; é cada vez mais capaz de autogerir a produção e isto a ponto de os mecanismos do comando capitalista degradarem a sua produtividade provocando o antagonismo. Por outro, o capital é obrigado a excluir cada vez mais sistematicamente o trabalho da relação de capital que, todavia, continua a ter de obter o valor do trabalho.»²¹

A autonomização das forças produtivas relativamente ao domínio imperial é imediatamente processo de constituição de democracia, conquista do plano ontológico; paralelamente, o «esquecimento ontológico» é, sem demora, sujeição às lógicas imperiais, aceitação do horizonte capitalista. Entre os dois pontos de vistas domina a lógica do *aut aut*; conflitualidade absoluta.

4. Absolutização do horizonte da guerra

A definição da categoria de «conflito» como categoria ontológica não exclui a questão da conflitualidade na sua aceção mais específica, como sendo sinónimo de guerra e de guerra civil. Muito pelo contrário, as duas dimensões – filosófica e histórica – da categoria de «conflito» encontram-se, no dispositivo de Negri, intimamente ligadas:

21 Negri 2010, 292-293.

apenas partindo duma concepção conflitual do ser, isto é, da insolúvel oposição entre forças produtivas e relações de produção, é possível encontrar uma grêla hermenêutica para compreendermos, quer os fenômenos de conflitualidade social, quer os de conflitualidade entre os Estados. Não é, então, por acaso, mas sim por uma necessidade essencial, que, ao longo de toda a modernidade, a dominação da «razão dialética» acarretou uma concepção espacial e temporalmente «limitada» da guerra, enquanto hoje, na altura da afirmação do poder imperial, assistimos a uma absolutização do horizonte da guerra.

Interrogarmos Negri sobre a questão da guerra significará, assim, de modo necessário, colocarmos a questão de como o dispositivo ontológico da conflitualidade essencial do ser possa chegar a constituir um instrumento hermenêutico pela compreensão da evolução histórica e da transformação estrutural da dimensão da guerra. Significará, desta forma, refletir em torno da questão de como a passagem da conflitualidade dialética à conflitualidade absoluta implica necessariamente a passagem duma concepção limitada a uma absoluta da guerra.

4.1 A guerra moderna

As origens da modernidade, na leitura de Negri, estão intimamente ligadas à necessidade de ultrapassar a concepção medieval do *bellum justum* que, fundamentando o direito à guerra em disposições de natureza ética e religiosa, ao longo do século XVII, tinha gerado na Europa toda uma insustentável situação de guerra civil permanente. Por conseguinte, a Paz de Vestefália não estabeleceu apenas as condições do fim da Guerra dos Trinta Anos, mas também, e sobretudo, os princípios para uma diferente concepção da guerra:

«Apenas o poder soberano – o monarca, então o Estado – podia empregar a guerra, e exclusivamente contra um outro poder soberano. Por outras palavras, a guerra foi expulsa do interior dos Estados e reservada aos conflitos exteriores. A guerra tinha de ser a exceção e a paz a norma. Os conflitos interiores à nação tinham de ser resolvidos pacificamente, com a mediação política.»²²

22 Negri 2004, 22.

O problema da conflitualidade social era para ser enfrentado de modo pacífico, através da política, excluindo, assim, qualquer hipótese de resolução revolucionária das contradições sociais. A guerra, paralelamente, encontrava-se limitada à política exterior dos Estados, a instrumento da proteção dos interesses nacionais. Ocorreu, em suma, uma limitação espacial do horizonte da guerra, que acarretou a distinção entre o domínio da política e da guerra e, consequentemente, a exclusão da guerra civil do horizonte de constituição da modernidade.

A referida limitação espacial implicou uma paralela limitação temporal: dado que qualquer estado de guerra prolongado não podia que danificar os interesses nacionais, a guerra tornou-se um estado de exceção temporário, que começava com a declaração de guerra para acabar com os tratados de paz, servindo apenas para resolver específicas controvérsias internacionais para as quais não se conseguia encontrar uma resolução pacífica, política.

Quer a célebre afirmação de Clausewitz: «a guerra é a continuação da política por outros meios», quer as reflexões de Carl Schmitt relativamente ao estado de exceção, que aparentemente parecem estabelecer uma continuidade entre o domínio da política e o da guerra, na verdade, segundo Negri, são ambas para ser lidas como expressões teóricas da necessidade de estabelecer os limites entre os dois âmbitos:

«Para Clausewitz, a “política” não tem nada que ver com as relações políticas no interior duma sociedade, muito pelo contrário, exclusivamente com os conflitos políticos entre os estados nacionais. Na concepção de Clausewitz, a guerra é um dos instrumentos que pode servir aos estados na política internacional. A guerra é, então, completamente externa às lutas políticas e aos conflitos que se desempenham na sociedade. O mesmo vale para a tese, partilhada pelos pensadores políticos realistas, e em particular por Carl Schmitt, que afirma que todas as ações e motivações políticas são fundadas essencialmente na distinção entre amigo e inimigo. Também neste caso, depois dum primeiro olhar, parecia que a política e a guerra eram inseparáveis: todavia, mais uma vez, a política em questão não é a que se desenrola no interior da sociedade,

mas apenas entre entidades politicamente soberanas. O verdadeiro inimigo, deste ponto de vista, é o inimigo público, o inimigo do Estado é, então, na maioria dos casos, um outro Estado. A soberania moderna propunha-se, então, a banir a guerra do âmbito civil. Esta concepção era partilhada por todos os segmentos do pensamento político moderno, tanto pelos liberais como pelos antiliberais: no momento em que a guerra se encontra limitada ao conflito entre entidades soberanas, no interior de cada sociedade, em circunstâncias normais, a política podia ser libertada da guerra. *A guerra era um estado de exceção limitado.*²³

Nesta reconstrução da guerra moderna, a dívida de Negri para com as teses de Carl Schmitt é evidente. Contudo, o que é mais interessante relevar é a conjugação feita por Negri entre a referida teoria schmittiana e a teoria marxista do imperialismo, esta última constituindo um instrumento de relativização da teoria de Schmitt. De facto, pelos teóricos marxistas do imperialismo, o movimento expansivo do capital não respondia apenas à necessidade económica de realizar o valor, mas também desempenhava um papel especificamente político:

«Os Estados-nação da modernidade europeia usavam o imperialismo para transferir alguns das contradições políticas que surgiam em cada país. Os Estados-nação exigiram do imperialismo que resolvesse ou deslocasse realmente a luta de classe com os seus efeitos desestabilizadores [...]. Graças ao imperialismo, o Estado moderno exporta a luta de classe e a guerra civil para preservar a ordem e a soberania interna.»²⁴

Apenas por meio das políticas de exploração das colónias se conseguia produzir o «sobrelucro» necessário para aumentar os salários, evitando a transformação da conflitualidade social em guerra civil. A referência de Negri aos teóricos marxistas do imperialismo permite, então, em primeiro lugar, esfumar a fronteira entre guerra e política, sendo a guerra não só um instrumento da política internacional

para a proteção dos interesses das nações imperialistas, mas também uma condição, de modo absoluto, necessária à pacificação social. Em segundo lugar, permite a Negri de reconhecer a persistência da concepção do *bellum justum* ao longo da modernidade, encontrando-se de facto deslocada para o plano das relações coloniais: a ideologia do racismo colonial, identificando o colonizado com o monstro, o animal, o selvagem, acarreta a necessidade de destruir o «Outro» no seu «ser-outro» e estabelece, assim, as relações coloniais sobre uma lógica da ilimitada violência fundamentada no plano ético:

«O Sé europeu precisa da violência e precisa de confrontar-se com o seu Outro para sentir, manter e recriar continuamente o seu poder. O estado de guerra generalizado que fica atrás das representações coloniais não é nem accidental nem indesejado – a violência é o próprio fundamento do colonialismo.»²⁵

Não é, então, por acaso que as guerras de libertação colonial, recolocando a questão da guerra civil no cerne da realidade moderna, junto com o proletariado ocidental, desempenharam um papel fundamental na dissolução dos pressupostos da modernidade e na constituição da nossa época imperial²⁶.

4.2 A guerra imperial

O conceito de guerra na pós-modernidade, tal como na época medieval, readquire uma significação absoluta, dissolvendo as limitações que o tinham caracterizado ao longo da modernidade:

«Tradicionalmente, a guerra foi entendida como um conflito armado entre entidades politicamente soberanas (nos tempos modernos, os estados nacionais). Todavia, enquanto a autoridade soberana dos estados nacionais, também a dos mais potentes, vai naufragando, e enquanto emerge uma nova forma de soberania sobrenacional, um

25 Negri 2002b, 129.

26 «O fim do colonialismo moderno com certeza não tem implicado um época de genérica liberdade, mas novas formas de poder que agem em escala global. Aqui temos a primeira visão clara da passagem ao Império.» (Negri 2002b, 133)

23 Negri 2004, 22-23.

24 Negri 2002b, 220.

Império global, as condições e a natureza da guerra e da violência política têm necessariamente de mudar. A guerra vai-se tornando um fenómeno geral, global e interminável.»²⁷

De facto, a redução da guerra a instrumento de política exterior encontra-se ultrapassado: uma vez que o Império constitui um poder global que abrange todos os aspetos da vida social humana, a distinção moderna entre interior e exterior perde qualquer sentido e, com ela, a separação entre guerra e guerra civil. A guerra cada vez mais aparece como uma ação de polícia, cuja tarefa fundamental é a preservação da ordem interior:

«São inúmeros os conflitos armados que marcam o mundo contemporâneo, alguns de breve duração e limitados num território específico, outros intermináveis e em contínua expansão. Mais do que como guerras ordinárias, seria oportuno ler estes conflitos como sendo exemplos de *guerra civil*. Enquanto a guerra codificada pelo direito internacional é um conflito armado entre entidades politicamente soberanas, a guerra civil é um conflito armado entre entidades soberanas e/ou não soberanas *no interior dum determinado território soberano*. Atualmente, a guerra civil já não se escreve no interior do espaço nacional, dado que este último já não constitui a unidade efetiva da soberania, mas num âmbito global.»²⁸

Corolário da referida dissolução das limitações espaciais da guerra é a paralela destruição dos limites temporais: o nosso mundo contemporâneo, encontrando-se estruturado sobre a absoluta contradição entre a tendência das forças produtivas à sua autonomização e a tendência, por parte do Império, a estender o próprio controlo sobre a totalidade da vida, caracteriza-se pela contínua e necessária emergência de elementos de destabilização, tornando a guerra um elemento não eliminável da política imperial e impossível qualquer hipótese relativa ao seu fim. Assim, a guerra já não é para ser lida

27 Negri 2004, 19.

28 Negri 2004, 19.

como um estado de exceção limitado, mas como condição ordinária da vida do Império:

«Uma vez extintos o espaço e o tempo em que desenrolavam-se os conflitos armados entre os Estados soberanos, a guerra transborda inundando o inteiro espaço social. *O estado de exceção tornou-se permanente e generalizado*: a exceção tornou-se a regra que investe quer as relações internacionais quer a própria vida de cada Estado.»²⁹

Assim, mediante a dissolução das características modernas da guerra, segundo Negri, na pós-modernidade ocorre uma reafirmação das características peculiares da conceção medieval do *bellum justum*, não apenas relativamente à sua absolutização espacial e temporal, mas também à sua fundamentação ética: as guerras são consideradas hoje instrumentos pela afirmação dos valores universais liberais, tais como os direitos humanos, a democracia, a liberdade, etc. Contudo, além destas aproximações, a nova guerra imperial tem características peculiares que a tornam irreduzível a qualquer «modelo histórico». Em primeiro lugar, a guerra imperial fundamenta-se numa inédita forma de «justificação *a posteriori*»: mesmo se a guerra se encontra ideologicamente fundamentada em postulados éticos, na verdade, a sua legitimidade é definida pelos seus resultados, isto é, a guerra encontra-se justificada apenas na medida em que se revela um instrumento eficaz de realização da ordem imperial.

«O poder militar e/ou de polícia conseguirá obter uma legitimação uma vez que resultará eficaz para sanar as desordens globais – um resultado que não é alcançado necessariamente com a paz, mas sim, com a manutenção da ordem.»³⁰

Em segundo lugar, a única soberania que, na nossa contemporaneidade, tem a autoridade para declarar guerra é constituída, segundo Negri, pelo conjunto dos poderes imperiais, isto é, pelo conjunto de

29 Negri 2004, 23.

30 Negri 2004, 49-50.

Estados-nações, instituições globais e poderes económico-financeiros que formam o cerne do poder imperial³¹. Enfim, o «inimigo» torna-se, de modo absoluto, um conceito plástico, abstrato, sem uma caracterização específica, sendo inimigos todos os que, numa certa altura, colocam em perigo a ordem imperial:

«A omnipresença do inimigo e a ameaça da desordem resultam necessárias para legitimar a violência imperial. Não é de estranhar que, na altura em que a guerra se constituiu como a base da política, o inimigo se torna uma função constitutiva da legitimação. Este inimigo, porém, não é nem concreto nem localizável: tornou-se algo volátil e não palpável, como uma cobra no Paraíso imperial. O inimigo é desconhecido, invisível e como envolto numa aura hostil, omnipresente [...] De facto, o inimigo não é só completamente elusivo, também é completamente abstrato.» (Negri 2004, 50)

Concluir-se-á então que, na pós-modernidade, dissolvida a separação moderna entre política e guerra, a guerra torna-se uma “forma da política”: o biopoder imperial, não desempenhando nenhum papel de mediação dialética com as forças produtivas, mas sendo, pelo contrário, um puro poder político de comando sobre uma coletividade social tendencialmente autónoma, transforma a guerra num instrumento para conseguir exercer o seu controlo relativamente às forças produtivas biopolíticas. Por conseguinte, a guerra torna-se uma potência constituinte, isto é, uma forma de biopoder que visa

31 É importante salientar que a perda da soberania dos Estados em declarar guerra não se realizou no plano jurídico-normativo, mas na *praxis*, devido ao facto de que nenhum Estado possui a força para declarar unilateralmente uma guerra. A maior demonstração desta realidade é, segundo Negri, a derrota da política levada a cabo pelos Estados Unidos depois do 11 de Setembro de 2001. Efetivamente, o projeto «neo-imperialista» do governo conservador americano representou, na leitura de Negri, um verdadeiro «golpe de estado» contra o Império, isto é, a tentativa de restabelecer, por meio duma guerra unilateral e contra os poderes imperiais, a hegemonia mundial dos Estados Unidos. As derrotas militares por um lado, a crise financeira começada em 2007 por outro, são a mais evidente demonstração da impossibilidade de reafirmar, contra o Império e num mundo globalizado, a potência e a autonomia dos Estados-nação.

não apenas a destruição, mas sobretudo a estruturação do contexto social na mira da sua submissão à ordem imperial.

«A guerra torna-se um *regime de biopoder*, isto é, uma forma de comando que não visa apenas a controlar a população, mas também a produzir e reproduzir todos os aspetos da vida social. Esta guerra, se acarreta a morte, tem também de produzir a vida. O que não significa que a guerra seja domesticada ou que a sua violência seja atenuada, mas, pelo contrário, que a vida quotidiana e o normal funcionamento do poder foram completamente impregnados da ameaça e da violência dum estado de guerra.»³²

Por outras palavras, a guerra visa quer a garantir as condições do controlo imperial, quer a estabelecer um meio social favorável à sua instauração, tornando-se por conseguinte cada vez menos um poder de destruição e cada vez mais uma potência constituinte das sociedades.

É, segundo Negri, o conceito de «guerra preventiva» que melhor expressa a nova função biopolítica da guerra: a guerra não serve apenas para lidar com as resistências ao poder imperial, mas também, e acima de tudo, para inserir por completo a sociedade global no ordenamento imperial, excluindo assim a própria possibilidade de resistência, de antagonismo, de instabilidade. A absolutização do horizonte da guerra está deste modo intimamente ligado ao projeto de realizar o absoluto controlo imperial sobre a sociedade; projeto que, no ver de Negri, se revela no fundo utópico e irrealizável quando confrontado com os pressupostos democráticos e biopolíticos da sociedade global.

Bibliografia

- AA. VV. *Il lungo decennio*. Verona: Cierre edizioni, 1999.
_____. *Gli operai*. Roma: DeriveApprodi, 2005.
_____. *L'operismo degli anni Settanta*. Roma: DeriveApprodi, 2008.

32 Negri 2004, 30.

- _____. *Comune, comunità, comunismo*. Verona: Ombre Corte, 2011.
- Boutang, Y.M. *Le capitalisme cognitif: la nouvelle grande transformation*. Editions Amsterdam: Paris, 2007.
- Corradi, C. «Panzieri, Tronti, Negri: le diverse eredità dell'operaismo italiano», In: *Consecutio Temporum*. Hegeliana, Marxiana, Freudiana. n.° 1, 2011. Disponibile in: http://www.consecutio.org/category/numero_1/
- Fumagalli, A. *Bioeconomia e capitalismo cognitivo: verso un nuovo paradigma di accumulazione*. Roma: Carocci, 2007.
- Gorz, A. *L'immateriale. Conoscenza, valore e capitale*. Torino: Bollati Boringhieri, 2003.
- Marazzi, C. *Il posto dei calzini. La svolta linguistica dell'economia e i suoi effetti sulla politica*. Torino: Bollati-Boringhieri, 1999.
- Marx, K.; Engels, F. *Manifesto do partido comunista*. Edição dirigida por José Barata-Moura e Francisco Melo. Lisboa: Editorial "Avante!", 1997.
- Negri, A. «John M. Keynes e la teoria capitalista dello stato nel '29». In AA.VV. *Operai e Stato. Lotte operaie e riforma dello stato capitalistico tra rivoluzione d'Ottobre e New Deal*. Feltrinelli: Milano, 1972, pp. 69-101.
- _____. *La forma Stato. Per la critica dell'economia politica della Costituzione*. Milano: Feltrinelli, 1977.
- _____. «Crisi dello Stato-piano. Comunismo e organizzazione rivoluzionaria» (1974). In _____. *I libri del rogo*. Roma: Castelvocchi (ed.), 1997a, pp. 21-70.
- _____. «Partito operaio contro il lavoro» (1974). In _____. *I libri del rogo*. Roma: Castelvocchi (ed.), 1997b, pp. 71-138.
- _____. «Proletari e Stato. Per una discussione su autonomia operaia e compromesso storico» (1976). In _____. *I libri del rogo*. Roma: Castelvocchi (ed.), 1997c, pp. 139-200.
- _____. «Il dominio e il sabotaggio. Sul metodo marxista della trasformazione sociale» (1977). In _____. *I libri del rogo*. Roma: Castelvocchi (ed.), 1997d, pp. 253- 308.
- _____. *Spinoza*. Roma: Derive Approdi, 1998.
- _____. *Il potere costituente. Saggio sulle alternative del moderno*. Roma: Manifestolibri, 2002a.
- _____. Hardt, M. *Impero: il nuovo ordine della globalizzazione*. Milano: Rizzoli, 2002b.
- _____. *Guide*. Milano: Raffaello Cortina Editore, 2003.
- _____. Hardt, M. *Moltitudine: guerra e democrazia nel nuovo ordine imperiale*. Milano: Rizzoli, 2004.

- _____. *Dall'operaio massa all'operaio sociale. Intervista sull'operaismo*. Verona: Ombre corte, 2007.
- _____. *Fabbrica di porcellana*. Milano: Feltrinelli, 2008.
- _____. *Pipe-line. Lettere da Rebibbia*. Roma: Derive Approdi, 2009.
- _____. Hardt, M. *Comune*. Milano: Rizzoli, 2010.
- _____. *Il comune in rivolta*, Ombre corte, Verona, 2012.
- Turchetto, M. «De "l'ouvrier masse" à "l'entrepreneuriabilité commune": la trajectoire déconcertante de l'opéraisme italien», In : AA. VV., *Dictionnaire Marx contemporain*. Paris : Presses Universitaires de France 2001, pp. 297-317.
- Vercellone, C. «Finance, rente et travail dans le capitalisme cognitif». In: *Multitudes*, n. 32, 2008, pp. 32-38.
- Virno, P. *Grammatica della moltitudine. Per un'analisi delle forme di vita contemporanee*. Soveria Mannelli: Rubbettino, 2001.
- Wright, S. *L'assalto al cielo. Per una storia dell'operaismo*. Roma: Edizioni Alegre, 2008.

POLÍTICA DE PODER, PAZ E GUERRA
NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Organização:
Silvério da Rocha-Cunha
e Marco António Baptista Martins

Capa: Pedro Cascalheira

Paginação: Margarida Baldaia

© Edições Húmus, Lda., 2015
Apartado 7081
4764-908 Ribeirão – V. N. Famalicão
Telef. 252 301 382 Telem.: 926 375 305
humus@humus.com.pt

Impressão: Papelmunde, SMG, Lda. – V. N. Famalicão
1.^a edição: Junho de 2015
Depósito legal: 394542/15
ISBN: 978-989-755-153-6

Este trabalho é financiado por Fundos FEDER através do Programa Operacional Fatores de Competitividade – COMPETE e por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, no âmbito do projeto PEst-OE/CJP/UI0656/2013.

Silvério da Rocha-Cunha Doutor em Teoria Jurídico-Política, Professor Associado da Escola de Ciências Sociais da Universidade de Évora, membro do Centro de Investigação em Ciência Política. Tem publicado diversos trabalhos na sua área de especialidade.

Marco António Baptista Martins Doutor em Relações Internacionais, Professor Auxiliar da Escola de Ciências Sociais da Universidade de Évora, membro do Centro de Investigação em Ciência Política. Tem publicado diversos trabalhos na sua área de especialidade.

NICPRI Núcleo de Investigação em Ciência Política e Relações Internacionais

